

DOS LIMITES DO CRESCIMENTO À GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Hans Michael van Bellen²

Anna Cecília Mendonça Amaral Petrassi³

“A questão ecológica chama a nossa atenção para a relação de interdependência entre ser humano e natureza, fatalmente negligenciada pelo projeto da modernidade.”
(FREY, 2001).

Resumo: Este trabalho apresenta uma síntese da evolução histórica e da ligação entre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento, desde a percepção, ainda incipiente, da crise ambiental, ocorrida na década de 1960, até as mais recentes conferências do clima promovidas pela ONU. Após a introdução, o segundo item apresenta a evolução da percepção da crise ambiental pela sociedade até o entendimento de que existem limites ecológicos para o crescimento, dado o modelo vigente de desenvolvimento. O terceiro item aborda os conceitos de ecodesenvolvimento, conforme delineado por Sachs, passando pela inclusão da categoria territorial até chegar ao conceito de desenvolvimento territorial sustentável. No quarto item é vista a perspectiva do desenvolvimento sustentável, são analisados tanto a sua dimensão de conceito apaziguador proposta pela ONU, como os avanços ocorridos desde a década de 1990 até os dias atuais, sem deixar de expor o paradoxo de se almejar equilibrar crescimento econômico ilimitado com um meio ambiente que não se deteriore ou entre em colapso. Conclui-se com a constatação de não ser possível optar por uma única, estática e abrangente definição para o desenvolvimento sustentável. Por fim, fica o convite, ou provocação, para se repensar a ideia de sustentabilidade como elemento substantivo do desenvolvimento e não mais como seu adjetivo. Fica também a sugestão de exercitar a construção de novos modelos mentais e de governança, dado a declarada falência dos atuais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Ecodesenvolvimento; Sustentabilidade; Crise Ambiental; Gestão da Sustentabilidade.

² Doutorado em Prog. de Coop. Internacional - Dout. Sandwich pelo Universität Dortmund, Alemanha(2002). Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil. Email: hans.michael@ufsc.br

³ Mestre em Administração. Economista na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil. Email: a.petrassi@ufsc.br

FROM LIMITS OF GROWTH TO SUSTAINABILITY MANAGEMENT IN THE DEVELOPMENT PROCESS

Abstract: This work presents a synthesis of the historical evolution and the connection between the concepts of sustainability and development, since the perception, still incipient, of the environmental crisis, which took place in the 1960s, to the more recent climate conferences organized by the UN. After the introduction, the second item presents the perception evolution of the environmental crisis by society until the understanding that, given the prevailing model of development, there are ecological limits to growth. The third item deals with the concepts of ecodevelopment, as outlined by Sachs, going by the inclusion of territorial as a category until you reach to the concept of sustainable territorial development. In the fourth item, the perspective of sustainable development is analyzed, as a appeasement concept proposed by UN, and the advances made since the 1990s to the present, also the paradox of striving to balance unlimited economic growth within an environment that does not deteriorate or collapse. It concludes with the finding that not to be possible to choose a single, static and comprehensive definition for sustainable development. Finally, there is the invitation, or provocation, to rethink the idea of sustainability as an element of the substantive development and not as its adjective. It is also the suggestion of exercise the construction of new mental models and governance models, given the declared bankruptcy of the current ones.

Keywords: Sustainable Development; Ecodevelopment; Sustainability; Environmental Crisis; Sustainability Management.

1 INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram testemunha de uma crescente preocupação, por parte da sociedade, com o aumento da intensidade dos impactos humanos sobre o seu meio natural. Este impacto, relacionado ao aumento vertiginoso da escala de produção que acompanha o processo de desenvolvimento desde a Revolução Industrial, a partir de um determinado momento começa a ser mais perceptível provocando mudanças na forma como a sociedade começa a perceber sua relação com a Natureza. A percepção deste problema, que pode ser entendido como um aumento da consciência ambiental, leva a alterações na própria forma como a sociedade passa a compreender a ideia de Desenvolvimento. Este trabalho

procura explorar um pouco mais esta trajetória, da ideia de crescimento à concepção de desenvolvimento sustentável. Para isso o presente artigo se desenrola apresentando os elementos que caracterizam a crise ambiental, a discussão sobre os limites do crescimento, o surgimento do ecodesenvolvimento e posteriormente a concepção de desenvolvimento territorial sustentável, a emergência da ideia de desenvolvimento sustentável e, ao final, procura discutir alguns limites desta ideia, da sustentabilidade do desenvolvimento, ao mesmo tempo que explora suas potencialidades quando se observa a sustentabilidade da perspectiva da gestão.

2 A CRISE AMBIENTAL E OS LIMITES DO CRESCIMENTO

Com o advento da Revolução Industrial, ao final do século XIX, a sociedade passa, através da tecnologia e economia, a se descolar do seu meio natural. Esse comportamento, fruto do modelo de produção adotado, desconsidera, ou julga ilimitada a fonte dos recursos naturais, sem pensar no equilíbrio homem-natureza/ambiente (VIEIRA, 2009). A questão da sustentabilidade desse modelo de desenvolvimento industrial, vista a partir da perspectiva da lei da entropia⁴, mostra na verdade a insustentabilidade do modelo, visto que seu desenvolvimento aponta para a necessidade de uma expansão infinita, e a lei da entropia estabelece os limites materiais e energéticos (KOVALSKI, 2016).

Durante a década de 1960, inicia-se um processo de preocupação para com a conservação e preservação da qualidade ambiental, motivado pela percepção da contaminação das águas e do ar nos países industrializados. Alguns acidentes, como o que ocorre na baía de Minamata (1953), no Japão, com mercúrio proveniente de uma indústria química, reforçam a percepção na sociedade de que seus impactos sobre a natureza são crescentes. Surge a consciência de que resíduos incorretamente dispostos podem penetrar na cadeia alimentar, causar acidentes e mortes. A descontaminação do rio Tâmsa e a melhoria do ar ambiente em

⁴ Entropia é discutida pela 2ª Lei da Termodinâmica e estabelece que parte da energia de um sistema tende a perder-se para o meio, não podendo ser utilizada para produzir trabalho. Assim, a entropia mede o grau de desorganização ou ineficiência de um sistema.

Londres (berço da Revolução Industrial), depois da poluição atmosférica ter causado milhares de mortes em 1952, são exemplos dessa fase precursora das preocupações com o meio ambiente que poderíamos denominar de década da conscientização (ENVIRONMENTAL HISTORY TIMELINE).

Um marco na literatura sobre os recursos naturais de uso comum foi o artigo de Garret Hardin, de 1968, "A tragédia dos comuns". Em síntese, Hardin aponta que quando os recursos de uso comum se encontram em regime de apropriação comunal, eles estão mais suscetíveis à sobreexploração e à degradação. Ou seja, acentuam-se os riscos de destruição dos recursos em consequência da irresponsabilidade por parte dos atores individuais na busca egoísta da satisfação de suas necessidades, em detrimento dos interesses do grupo ou da comunidade vista como um todo.

Em 1968, nasce o Clube de Roma, uma organização informal, fundada por pessoas com objetivo de se reunir para debater e promover entendimento dos componentes interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais – que formam o sistema global; chamar a atenção dos responsáveis pelas decisões, e do público do mundo inteiro. O primeiro relatório divulgado (*The Limits to Growth*, de 1972), foi elaborado por uma equipe do MIT, contratada pelo Clube de Roma e chefiada por Donella Meadows e causou enorme impacto na comunidade científica quando, usando modelos matemáticos, apresentou cenários alarmantes de como seria o planeta, caso persistisse o padrão de desenvolvimento vigente na época (MEADOWS, MEADOWS, *et al.*, 1972) (KRÜGER, 2001).

Ainda em 1972, acontece a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, liderada por Maurice Strong, que contou com 113 países participantes, além de 250 organizações não governamentais e vários organismos da ONU. Essa conferência deu voz às diferenças entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos: os primeiros preocupados com a poluição industrial, a escassez de recursos energéticos, a decadência de seus mercados de ação e outros problemas inerentes aos seus processos de desenvolvimento; os segundos, com a pobreza e a possibilidade de se desenvolverem nos moldes que conheciam até então (KOVALSKI, 2016). A partir daí, outros relatórios alertavam com frequência para a necessidade de se mudar o padrão de desenvolvimento vigente. As implicações

socioeconômicas e ambientais associadas ao padrão de desenvolvimento vigente, trazem a tona a reflexão sobre a questão dos limites (KRÜGER, 2001).

O matemático e economista autodidata, Georgescu-Roegen já havia publicado em 1971 a sua obra, “The Entropy and the Economic Process”, onde aponta para grande dicotomia entre sistemas econômicos, que são sistemas termodinamicamente abertos, com sistemas ecológicos, que são sistemas fechados. O homem ao extrair da natureza recursos de baixa entropia (como as florestas derrubadas para pastagem), libera e produz ao final do processo resíduos de alta entropia (como na produção da carne bovina oriunda dessas pastagens). Isso significa que a teoria econômica em vigor faz abstração completa da realidade física, como se pode perceber pelo fato de que os recursos naturais e serviços ecológicos não integram as construções da chamada função de produção, usada nos raciocínios da economia neoclássica (VEIGA e CECHIN, 2010). O crescimento infinito é incompatível com um mundo finito, como afirma Latouche (2012), reforçando a insustentabilidade do modelo, esse autor inclusive vai mais longe ao pregar um “decrescimento sereno”.

Portanto, seja na perspectiva da biologia, de se respeitar a capacidade e o tempo de regeneração do ecossistema, ou dos teóricos da termodinâmica, ao alertar para o risco de uma degradação total da energia, ou ainda, da teoria dos sistemas, ao salientar que para se manter a estabilidade de sistemas, sejam eles abertos ou fechados, é necessária a atividade de mecanismos de controle e regulação. O que se conclui é que existem, de fato, limites ao crescimento na forma e ritmo em que vêm se desenvolvendo. E se começa questionar o modelo de desenvolvimento predominante. Por outro lado a reflexão acerca dos limites do crescimento na perspectiva global, que ganha força na década de 1970 principalmente no que eram chamados “países desenvolvidos”, traz consigo uma outra questão: como promover o desenvolvimento daqueles outros espaços que não tinham ainda alcançado um padrão semelhante em termos sócio-econômicos? No próximo item são apresentadas algumas ideias que surgem no campo a partir desta discussão.

3 ECODESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, de 1972, que produziu a Declaração de Estocolmo, estabeleceu princípios para questões ambientais internacionais, incluindo direitos humanos, gestão de recursos naturais, prevenção da poluição e relação entre ambiente e desenvolvimento. Trouxe luz às assimetrias Norte-Sul, e ao desafio de combater a pobreza nos países em desenvolvimento, ditos de Terceiro Mundo, e ao mesmo tempo mudar os padrões de desenvolvimento (VIEIRA, 2013). Ao mesmo tempo as teorias de desenvolvimento consideradas “clássicas” no campo das ciências sociais, como a da modernização nacional, a estruturalista-desenvolvimentista e a dependentista, começam a ser criticadas por seu viés predominantemente econômico. Surgem então, debates a respeito os custos socioambientais que o mundo começa a perceber, bem como a conscientização das limitações ecológicas ao crescimento (VIEIRA, 2009).

Buscando resposta a discussão sobre os limites do crescimento Ignacy Sachs afirma, em seu texto⁵ clássico, que a questão não deveria ser o crescimento zero, mas sim a concepção de novas formas de desenvolvimento que contemplassem a gestão prudente dos recursos naturais, equacionando as desigualdades sociais através de estratégias politicamente descentralizadas e economicamente solidárias, aprofundando o conceito de ecodesenvolvimento⁶ (ANDION, 2007). A mudança de orientação no debate sobre a conexão entre desenvolvimento e meio ambiente indicada no conceito de ecodesenvolvimento enfatiza a relação de reciprocidade entre sociedade e ambiente (“ser-humano-no-ecossistema”) (ANDION, 2007). Dessa forma, o conceito de ecodesenvolvimento pretende deixar evidente que os problemas de que trata a ecologia não afetam apenas o meio ambiente. Afetam o ser mais complexo da natureza que é o ser humano.

⁵ “Environnement et styles de développement”, Revista Annales, 1974.

⁶ Termo lançado por Maurice Strong, secretário geral da conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente, em 1972.

O ecodesenvolvimento apresenta como princípios a satisfação das necessidades básicas da população; a solidariedade com as gerações futuras; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a participação da população envolvida; a elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e, programas de educação (GADOTTI, 2005). Ou, como afirma Sachs:

Moreover, “degrowth” is not a solution as long as poverty and exclusion remain so pervasive. A redistribution of income and wealth is practically impossible in the absence of growth. (SACHS, 2009)

Uma particularidade do conceito de ecodesenvolvimento repousa na indicação de um processo de desenvolvimento oposto ao processo dominante, onde os países pobres se guiavam por uma diretriz mimético-dependente dos países industrializados. O processo proposto se caracteriza pela crítica ao modelo de desenvolvimento predominante da sociedade industrial e pela criação de “sistemas alternativos de planejamento e gestão, capazes de gerar estratégias de desenvolvimento mais endógenas, participativas, ecologicamente prudentes e sensíveis às características específicas de cada contexto local e regional” (Vieira, 2009, p.35-36). A princípio esse conceito foi desenvolvido tendo em vista os países de terceiro mundo, como o Brasil, que ainda tinham o progresso e o desenvolvimento como um horizonte que só seria alcançado através de crescimento econômico, mesmo que através de um modelo de desenvolvimento diferente do modelo industrial puro. Portanto, esse conceito, o ecodesenvolvimento, apresenta postulados éticos como a necessidade de satisfação das necessidades básicas, equidade, *self-reliance*, economia plural e prudência ecológica (VIEIRA, 2013).

Assim, a discussão que se inicia com um foco na escassez de recursos naturais, na perspectiva de estoque, que deve ser preservado ou compensado; transforma-se, e passa a incorporar as dimensões social e econômica à questão ecológica. Onde a variável ambiental não deve mais ser vista apenas como um limite, mas como oportunidade condicionada aos recursos disponíveis.

A declaração de Cocoyoc⁷, de 1974, e o relatório da Fundação Dag-Hammarskjöld⁸, de 1975, reforçam a concepção implícita no conceito de ecodesenvolvimento da necessidade de redefinição do estilo de desenvolvimento, por um desenvolvimento endógeno que possa conceber alternativas ecologicamente prudentes, equitativas socialmente, politicamente descentralizadas e economicamente solidárias (ANDION, 2007) (VAN BELLEN, 2002).

Para Sachs (1995), o desenvolvimento endógeno demanda um crescimento equilibrado tanto internamente em cada país, como externamente nas relações Norte-Sul. Sobretudo, não se pode prescindir da ecologia. Conforme destaca Andion (2007) essa ruptura com o modelo de desenvolvimento predominante, característico dos países industrializados do hemisfério Norte, preconizada pelo ecodesenvolvimento, faz com que o conceito “ecodesenvolvimento” adquira um sentido político e se torne “incômodo” nas esferas políticas internacionais.

Para Sachs (2004) o desenvolvimento deve valorizar as potencialidades locais sem desconsiderar a preservação dos recursos naturais, na busca de um desenvolvimento planejado, considerando o longo prazo e a solidariedade intergeracional. Ou seja, mais do que eficiência econômica, o desenvolvimento requer melhoria da qualidade de vida das pessoas, redução da pobreza, justiça social, preservação ambiental e cultural, respeito aos direitos humanos, entre outras. No sentido de valorização das capacidades locais, bem como, da importância de articulação entre as variáveis espacial, social, política e cultural, o desenvolvimento endógeno dialoga com o conceito de desenvolvimento territorial e nele encontra os mesmos elementos fundamentais. Muitos autores vêm tratando a abordagem territorial como a mais favorável ao caráter multidimensional reconhecido no desenvolvimento, entre eles: Abramovay (1998 e 2006), Andion (2007), Guzzatti (2003, 2010), Lamarche (1998), Pecqueur (2006), Sachs (2001), Schneider (2004), Veiga (2002) e Vieira (2013).

A abordagem territorial, que surge nos anos 1980, beneficia em especial os projetos de desenvolvimento para o meio rural, mas não se restringe a eles. O conceito de desenvolvimento

⁷ Resultado de uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, realizada em Cocoyoc, Mexico, 1974.

⁸ Relatório que contou com a colaboração de 48 países, juntamente com o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e outras 13 organizações da ONU.

territorial traz consigo a ideia de dinamização socioeconômica associada à melhoria da qualidade de vida de sua população, fruto das relações que ocorrem no interior do território, onde seus participantes desenvolvem laços, cooperam entre si e ampliam habilidades sociais, correspondendo a uma noção tecido social do território. Desta forma a capacidade produtiva dos agentes não se explica apenas por suas características próprias, mas também pelas características correspondentes ao território em que se situam e que conformam também o tecido social (ABRAMOVAY, 2006).

No debate sobre desenvolvimento articulam-se as dimensões ecológica, econômica e social. Ao incluir no debate a categoria de análise da territorialidade juntamente com a discussão sobre a sustentabilidade, abre-se caminho para o conceito de desenvolvimento territorial sustentável. Autores que vêm tratando dessa discussão como Abramovay (1998 e 2006), Andion (2007), Dallabrida (2010), Ferreira e Zanoni (1998), Guzzatti (2003, 2010), Lamarche (1991 e 1994), Pecqueur (2000, 2003, 2004, 2006), Schneider (2003), Sachs (2001), Vale e Silva (2009), e Veiga (2002), concordam que essa abordagem favorece a superação da dicotomia rural-urbano, e possui potencial para responder as questões como a gestão prudente dos recursos naturais e incentivar o planejamento de estratégias de desenvolvimento endógeno, que poderiam equacionar as desigualdades sociais, de maneira economicamente solidária e ecologicamente prudente.

A noção emergente de desenvolvimento territorial sustentável pode ser enriquecedora para pensar as dinâmicas das regiões rurais, tendo em vista a necessidade de se colocar em prática novos estilos de desenvolvimento, distintos dos modelos conservadores e modernizantes tradicionalmente empregados nessas regiões. O conceito de desenvolvimento territorial sustentável busca evidenciar e valorizar o que as forças sociais conseguem realizar quando mobilizadas, com interesse na valorização da vida e do meio rural e, o potencial que possui de gerar instituições novas e capazes de impulsionar o desenvolvimento da região (ABRAMOVAY, 1999). Com relação a sustentabilidade entende-se que o desafio posto consiste em conciliar níveis mais altos de equidade social (não necessariamente crescimento) com conservação do meio ambiente. Como coloca Lévesque (2009) o inimigo é múltiplo e desconhecido, e pode estar dentro de cada um. Qualidade de vida, reciprocidade, criação de

empregos, tornam-se critérios importantes, e ultrapassam a fronteira do rural, daí a superação da dicotomia rural-urbano.

O desenvolvimento territorial sustentável é também, de certa forma, tributário da noção de “localidade” remetendo a desenvolvimento local (CAZELLA, 2008). Porém, no desenvolvimento territorial sustentável a ideia do local está sempre relativizada pelo contexto global, de forma que a análise territorial deve responder ao desafio de examinar o local em seu contexto global e o global refletido no local. Deve-se estudar as particularidades do local sem esquecer as influências que este sofre e exerce no global (VIEIRA, CAZELLA, et al., 2010). Nessa visão “sistêmica” e multidisciplinar que o desenvolvimento territorial sustentável propõe, o Estado deve deixar de ser o principal ator do processo e estimular novas formas de interação institucional que incitem o desenvolvimento do território, onde as estratégias sigam, preferencialmente, a direção *bottom-up*. O desenvolvimento passa a ser uma construção coletiva e local, que não pode ser prevista por modelos, pois busca responder a questões que emergem de cada território em particular.

Esse desenvolvimento endógeno, que procura mobilizar as forças sociais do território, enquanto valoriza a cultura e o saber local, preservando e respeitando os limites do meio ambiente, se utiliza do planejamento participativo como método e instrumento. O planejamento deve proporcionar uma construção coletiva do diagnóstico da situação do território, que articulado a uma visão compartilhada de futuro buscam um modelo de desenvolvimento próprio. Ao longo do processo, ou ciclos de processo, é esperado que ocorra uma aprendizagem e um amadurecimento do tecido social, bem como, das instituições envolvidas.

4 A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de Desenvolvimento Sustentável que começa a se formar na década de 1980/1990 é tributário de um processo de mudança nos entendimentos dos modelos de desenvolvimento. A alteração de cenário, desencadeada pela percepção da crise ambiental,

ocorre nas décadas de 1960 e 1970 e se manifesta através de uma série de reações, como a publicação do livro “Primavera Silenciosa”⁹ de Rachel Carson, em 1962; o artigo “A tragédia dos bens comuns” de Garrett Hardin, em 1968; a publicação do relatório Limites do Crescimento¹⁰, em 1972; a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, e Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) (PNUMA, IBAMA e UMA, 2004). Assim, na década de 1980, começa a ser difundido o adjetivo “sustentável” para tratar os processos de desenvolvimento que consideram as dimensões ecológica, social e econômica. Primeiro no relatório “World Conservation Strategy” preparado pela União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN) patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela ONG World Wildlife Fund (WWF). Depois com o lançamento do Relatório Brundtland, ou Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, documento que traz uma das definições de desenvolvimento sustentável mais conhecida e aceita, que descreve o desenvolvimento sustentável como a forma pela qual as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades (CMMAD, 1991).

A criação da CMMAD e o lançamento do relatório Brundtland tinham o objetivo de passar, com autoridade internacional, a mensagem de que o meio ambiente e o desenvolvimento são interdependentes. Bem como, relatar os estudos avançados sobre mudanças climáticas, a detecção de alterações na camada de ozônio, evidências do “efeito estufa” e sua relação com o aquecimento global, conceitos novos para a época, e também deixar expresso que a velocidade das mudanças estava excedendo a capacidade das instituições em responder às demandas de um desenvolvimento sustentável. No cenário

⁹ Obra geralmente reconhecida como o principal impulsionador do movimento global sobre o meio ambiente.

¹⁰ Relatório encomendado pelo Clube de Roma, que mostra que se mantidas a longo prazo as taxas de crescimento demográfico, a industrialização e a utilização de recursos naturais, efeitos catastróficos inevitáveis ocorreriam em meados desse século. O relatório propõe uma política de crescimento zero.

mundial ocorriam na mesma década uma série de eventos trágicos¹¹ que viriam reforçar a crença de que os problemas ambientais afetam a condição humana, são sistêmicos, de escopo global e só serão enfrentados com estratégias de ações que integrem os objetivos ambientais e de desenvolvimento, em escala internacional e com visão de longo prazo (PNUMA, IBAMA e UMA, 2004).

Muitos analistas criticaram a falta de avanços conceituais do relatório Brundtland e a falta de definição sobre o estilo de desenvolvimento que ele propõe, além de afirmarem que sua perspectiva economicista enfraquecia visão de sustentabilidade como fenômeno ecológico que demanda diminuição do impacto do homem na biosfera, e que exigiria mudanças de comportamentos, especialmente com relação aos padrões de consumo e de uso dos recursos naturais (ANDION, 2007). No entanto, apesar das dissonâncias entre os dois conceitos, ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, há uma convergência, reconhecida pelo próprio Sachs, um dos idealizadores do conceito de ecodesenvolvimento, de que, mesmo ele concordando com as críticas ao conceito de Desenvolvimento Sustentável do Relatório Brundtland, considera que os pontos em comum entre este e o ecodesenvolvimento são suficientes para poder adotá-los como sinônimos (MONTIBELLER FILHO, 1993).

Durante a década de 1990 observa-se a busca por uma melhor compreensão sobre o conceito e o significado do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que ocorre uma tendência à globalização, especialmente no que diz respeito ao comércio e à tecnologia. A indústria privada sofre pressões por parte do mercado e procura se compatibilizar com as questões ambientais, o mundo assiste ao desenvolvimento da internet e da comunicação digital. Novas tragédias ambientais¹² também ocorreram e acentuaram a preocupação com o ambiente e a urgência em se tomar providências (PNUMA, IBAMA e UMA, 2004). Em 1992, ocorre no Rio de Janeiro, uma nova conferência da ONU sobre Meio Ambiente e

¹¹ 1984, vazamento de gases letais da fábrica Union Carbide em Bhopal, Índia. Mais de um milhão de pessoas mortas pela fome na Etiópia no mesmo ano. Em 1986, o desastre de Chernobyl, na Ucrânia, União Soviética. Em 1989, derramamento de mais de 50 milhões de litros de petróleo no Alasca pelo petroleiro Exxon Valdez. Para citar alguns.

¹² Como a Guerra do Golfo com milhares de mortes, a incineração de milhões de barris de petróleo causando intensa poluição do ar, o fogo levou dez meses para ser extinto, milhões de barris de petróleo foram despejados no Golfo Pérsico, resultando na contaminação das águas do Oceano Índico e na zona costeira do Kuwait, chamada de maré negra, além da morte de milhares de espécies animais que habitavam a região.

Desenvolvimento, a Rio 92 ou Cúpula da Terra. A partir daí consolidam-se as percepções da relação entre meio ambiente e desenvolvimento e das limitações e riscos existentes no modelo vigente de desenvolvimento, também ocorre a popularização do conceito de desenvolvimento sustentável, apesar da sua amplitude e generalidade, ou justamente por isso.

A Rio-92 produziu ao menos sete grandes resultados: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (contendo 27 princípios); a Agenda 21 – um plano de ação para o meio ambiente e o desenvolvimento no século XXI; duas grandes convenções internacionais – a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS); um acordo para negociar uma convenção mundial sobre a desertificação; e a declaração de Princípios para o Manejo Sustentável de Florestas.

Na Declaração do Rio dois conceitos se destacam, pela influência que irão exercer no debate internacional e na orientação da legislação ambiental. O princípio da precaução, que se refere as ações preventivas e de correção; e o princípio do poluidor pagador, fazendo com que os custos de proteção ao meio ambiente sejam internalizados pelo poluidor. Ambos os princípios abrem caminho para uma discussão a respeito da gestão de riscos ambientais e de valoração de custos ambientais, tornando viável um debate sobre crescimento sustentável (ANDION, 2007).

Na perspectiva econômico-ecológica, equilibrar crescimento econômico ilimitado com um meio ambiente que não se deteriore ou entre em colapso não é possível. Nessa perspectiva, a economia é vista como um subssistema do ecossistema. “Quanto mais gente na Terra, quanto mais produção econômica, quanto mais artefatos construídos, tanto menos natureza.” (CAVALCANTI, 2012, p.37). De acordo com Daly (1990) crescimento é aumento quantitativo da escala física, enquanto desenvolvimento significa melhoria qualitativa ou florescimento de potencialidades. Ao contrário do senso comum, o crescimento na escala física não corresponde a um incremento da riqueza se o ecossistema não tiver mais capacidade de suportá-lo (DALY, 1990).

“[...] we cannot continue growing, and in fact so-called “economic” growth already has become uneconomic. The growth economy is failing. In other words, the quantitative expansion of the economic subsystem increases environmental and social costs faster than production benefits, making us poorer not richer, at least in high consumption countries” (DALY, 2008).

O sistema produtivo, na visão de Georgescu-Roegen, um dos precursores da economia ecológica, transforma recursos naturais em produtos que a sociedade necessita. Porém, essa transformação gera um produto que não entra em nenhum outro processo produtivo novo, o resíduo. Ao descartar o resíduo no ambiente, o processo produtivo (econômico) pode ser considerado um sistema aberto (VEIGA e CECHIN, 2010). Existe no senso comum uma percepção de que nada, nenhuma ação humana altera a realidade biofísica do ecossistema em que se encontra inserido o sistema econômico. Assim, a retórica do desenvolvimento sustentável é aceita e repetida amplamente (ninguém defende, é óbvio, um desenvolvimento insustentável) (CAVALCANTI, 2012). Essa percepção equivocada leva a manutenção de um comportamento insustentável, do ponto de vista do ecossistema, que continua estimulando a busca pelo crescimento.

Para o economista britânico Tim Jackson (2013) deve-se almejar a prosperidade sem crescimento. O problema é que a ideia de uma economia que não cresça é anátema para o economista; do mesmo modo que supor uma economia de crescimento contínuo é anátema para o ecologista. O que importa, para o autor, é o fato de que prosperidade não quer dizer crescimento do PIB (e da economia), significa antes, construir uma sociedade mais justa e melhor; significa alcançar o bom viver e o contrário da adversidade e da aflição (JACKSON, 2013).

Além disso, dentro da perspectiva social é importante que não se dissocie a preocupação ecológica da preocupação de equidade social. Deve-se buscar harmonização dos interesses socioeconômicos, ecológicos e culturais. Um resgate das cinco dimensões de sustentabilidade de Sachs, que precisam ser consideradas no planejamento de desenvolvimento, a saber, as sustentabilidades social, econômica, ecológica, espacial e cultural (FREY, 2001). Esse caminho deve levar a conquista de objetivos como

empoderamento, justiça e equidade social, através de um desenho institucional que garanta a participação democrática, a transparência e *accountability*.

Vem se tornando assim mais nítida a impressão de que os grandes problemas que desafiam a humanidade são tão complexos e tão interdependentes que as instituições e planos de ação tradicionais já não são capazes de superá-los, e nem mesmo de enfrentá-los em seu conjunto (MEADOWS, MEADOWS, *et al.*, 1972).

We are thus sitting on the ruins of several failed paradigms: the real socialism, the reformed golden age capitalism, the neoliberal market fundamentalism, the Washington consensus, and, last but not least, social democracy (SACHS, 2009).

O debate sobre desenvolvimento sustentável transita entre três esferas, ecológica, social e econômica, três abordagens distintas mas interdependentes. O que torna a definição e compreensão do conceito um desafio.

5 DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL À GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

Não se pode concluir por uma única e abrangente definição para o desenvolvimento sustentável. Diferentes definições coexistem e a ideia de desenvolvimento sustentável sofre a influência de um conjunto de valores, crenças e ética que vão variar de comunidade para comunidade, ou entre diferentes grupos de interesse, quando se utilizam do termo. As abordagens são plurais, interdisciplinares e se caracterizam pela interação entre teoria e prática, técnica e política.

No campo teórico, observa-se que os diferentes significados assumidos refletem visões distintas de aspectos como o meio-ambiente, as relações entre ser humano e natureza, desenvolvimento e crescimento, tecnologia, meio ambiente e economia. Tais visões variam num continuum que vai desde uma concepção biocêntrica, que pode ser identificada nas propostas de limites ao crescimento econômico do Relatório do Clube de Roma e da deep

ecology¹³, até uma concepção antropocêntrica, mais presente no conceito de desenvolvimento sustentável e crescimento econômico sustentável, passando por uma visão co-evolutiva, orientada pela relação “ser-humano-no-ecossistema”, presente nas abordagens do desenvolvimento durável¹⁴ e do ecodesenvolvimento (LANGENBERGER e ANDION, 2004).

No campo da práxis, o que se nota é que ainda permanecem desafios a serem superados quanto aos meios e aos procedimentos para implantação de um modelo de desenvolvimento, que seja aceito e viável como alternativa ao modelo dominante. Apesar dos aparentes avanços proporcionados pelos acordos mundiais orquestrados pelos organismos internacionais, as instituições e organizações nacionais não parecem ainda capazes de solucionar o desafio de colocar em prática planos e estratégias que busquem resultados concretos na direção do desenvolvimento sustentável. De acordo com Frey (2001) o “desafio do desenvolvimento sustentável é, antes de mais nada, um problema político e de exercício de poder, que coloca em pauta a questão das instituições político-administrativas, da participação e do processo político” FREY (2001, p.2).

Talvez a crise das instituições, manifesta na dificuldade dessas em responder às demandas do desenvolvimento sustentável, já mencionada, seja a possibilidade de transição para um novo paradigma¹⁵, o que de acordo com Kuhn (1998) ocorre quando a ciência normal, ou o paradigma dominante, fracassa em responder às demandas (MONTIBELLER FILHO, 1993). Essa transição que Kuhn (1998) chama de revolução científica, busca por novas interpretações da realidade, novos instrumentos e sugere novas disciplinas no campo da ciência. Pode indicar que deve-se deixar de dar tanta importância aos adjetivos que acompanham o “desenvolvimento” e buscar pela definição de seu conteúdo, partindo daquela

¹³ Corrente de pensamento fundada pelo filósofo Arne Naess, em 1972, que considera o ser humano parte do ecossistema, onde todos os seres possuem o mesmo direito a existência e ao desenvolvimento, sem hierarquia que coloque o homem acima dos outros seres vivos. Contrária ao conceito de ecologia fraca, antropocêntrica.

¹⁴ Conceito que busca harmonizar os pressupostos da economia política com a ecologia, através de uma abordagem racional pretende articular a lógica produtiva e a lógica dos seres vivos, inaugurando a noção de bioeconomia.

¹⁵ Aqui abstraímos a concepção científica de paradigma para uma concepção de paradigma social, como descreve Capra, “uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular da realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza” (CAPRA, 1996, p.24).

hierarquização sugerida por Sachs (1995), social no comando, ecológico enquanto restrição e econômico recolocado em seu papel instrumental.

Pois, como já foi mencionado anteriormente, a maior parte dos macro problemas (multidimensionais, interdependentes e transescalares) a serem enfrentados, atualmente, num cenário de intensificação da crise global, não se enquadram mais na tradicional estrutura “top-down” das tomadas de decisão no campo do planejamento e da gestão das novas estratégias de desenvolvimento. A ênfase colocada na instituição de novos sistemas de governança territorial pode ser melhor compreendida à luz dessas premissas, levando-se em conta que a construção de uma nova geração de políticas públicas integradas e compartilhadas deverá exigir uma mobilização de estruturas multiatores para além das hierarquias político-administrativas convencionais. O estágio ainda embrionário dessa reflexão na comunidade científica internacional reflete a magnitude dos desafios teóricos e práticos envolvidos na gestão desses processos de recriação institucional e de aprendizagem social transformadora (VIEIRA, 2013).

Em última análise, esses problemas precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Crise de percepção no sentido de que tanto as instituições quanto os indivíduos ainda concordam com os conceitos de uma visão de mundo que não percebe a realidade de um planeta finito, que quer crescer infinitamente, onde as ações locais têm consequências globais. As soluções que existem, e elas existem, requerem essa mudança de modelo mental, de percepção (CAPRA, 1996).

Nesta perspectiva este trabalho convida a repensar a ideia de sustentabilidade como elemento substantivo do desenvolvimento e não mais como seu adjetivo. E a incorporar na discussão acerca da sustentabilidade o conceito de gestão. Trata-se aqui de começar a enxergar a sustentabilidade não mais apenas vinculada ao processo de desenvolvimento, mas sim de observar a sua internalização dentro dos processos da gestão.

A gestão, numa perspectiva instrumental, é entendida como forma de alocar um montante de recursos, dos mais variados tipos, e alocá-los no tempo a fim de alcançar um ou mais objetivos. A gestão se processa em diferentes níveis, por exemplo do micro ao macro, e

nos mais variados espaços: organizações (públicas ou privadas), sociedade civil, comunidades, territórios dentre outros, sempre voltada a consecução de um conjunto de objetivos. Na perspectiva da gestão a sustentabilidade é percebida como a internalização, no ciclo do processo, dos aspectos relacionados a equidade social, a prudência ecológica e a viabilidade econômica. Trata-se de uma abordagem semelhante ao conceito do triple bottom line, que em inglês se refere a profit, people e planet, cunhado pelo consultor britânico John Elkington, em 1994, para ser aplicado a empresas que buscavam estratégias de gestão para atingir resultados em três dimensões que se sobrepõe, a econômica, a social e a ambiental (referentes aos impactos causados por suas atividades) (THE ECONOMIST, 2009). Entretanto, deve-se ter cautela e levar em consideração as críticas de Pearce (1989), no que se refere ao problema de misturar fins com meios, as dimensões social e ambiental devendo serem tratadas como objetivos e a dimensão econômica devendo ser tratada como instrumento. Ao contrário, o que ocorre na prática é que os recursos naturais não são contabilizados pela economia, que considera que a função de produção depende do capital e do trabalho apenas. Essa desconsideração levou, e ainda leva, a degradação do meio ambiente e suas consequências para a população (PEARCE, 1989).

Para além da visão economicista, o atual paradigma apresenta outras fragilidades em sua estrutura de governança, tanto global como local, a exemplo da falta de consenso e de coordenação entre os atores sociais que limita as ações conjuntas. Nesse sentido os Fóruns Locais da Agenda 21 apontam para um resgate da ideia de Olson (2011) de que é preciso articular as ações individuais em ações coletivas que compartilhem um propósito comum. Isso torna-se especialmente importante no caso da sustentabilidade por envolver interesses, por vezes, contrastantes. A integração é fator fundamental, já que cada indivíduo possui motivações diferentes, o que leva a diferentes lógicas de participação, então, o envolvimento, ou seja, a integração dos atores na dinâmica das ações de um grupo, é um dos vetores a serem explorados para a governança da ação coletiva (OLSON, 2011). Outros vetores importantes seriam as normas, a comunicação e os recursos, pois não existe ação coletiva de nenhuma escala que não envolva algum custo.

O desenvolvimento sustentável enquanto construção coletiva, demanda uma ação orquestrada que pressupõe a mudança do atual paradigma social. Um modelo de gestão organizado em redes locais, onde os indivíduos estejam motivados a cooperar, necessita acionar mecanismos de comunicação, confiança e recompensa, que funcionam melhor em grupos menores¹⁶. Quando se aproximam, os conceitos de desenvolvimento territorial e desenvolvimento sustentável, supera-se as dicotomias da abordagem tradicional (visão dual), abre-se espaço para uma leitura dialógica entre local e global, social e ecológico, ou objetividade (territorial) e subjetividade (sustentabilidade).

Lévesque (2010) argumenta que a junção dos enfoques do desenvolvimento territorial e da sustentabilidade pode ser promissora para a produção de conhecimentos e mobilizadora de ações em longo prazo, e destaca ainda a ampla oportunidade de pesquisas empíricas aberta por este paradigma em construção.

A crise ambiental e o debate a respeito de desenvolvimento sustentável sugerem mudanças nos pilares da sociedade moderna, que falhou ao desconsiderar a relação de interdependência entre ser humano e natureza (FREY, 2001). A governança do “Sistema Terra” (VEIGA, 2014), tanto enquanto tema de pesquisa como tema para políticas públicas, deve refletir sobre as questões aqui apontadas, sendo a mudança de paradigma e a construção de uma estrutura institucional, que seja mais responsiva à evolução das circunstâncias socioambientais, que permita e estimule a participação da sociedade civil e se mantenha justa e legítima perante a sociedade global, o seu maior desafio.

¹⁶ Referente ao dilema da ação coletiva em grupos “latentes”, ver Olson (2011).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1, Jan/dez 1998 e jan/ago 1999 1999.

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. **Desarrollo rural**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006. Cap. p.51-70.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de Desenvolvimento Rural Sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na busca do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997.

ANDION, C. **Tese de Doutorado - Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: Os casos da APACO, do Centro Viane de Educação Populare da AGRECO**. UFSC. Florianópolis. 2007.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro: FGV. 1991.

DALY, H. E. TOWARD SOME OPERATIONAL PRINCIPLES OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 2, p. 1-6, 1990.

DALY, H. E. **A Steady-State Economy**. Sustainable Development Commission, UK. [S.l]. 2008.

ENVIRONMENTAL HISTORY TIMELINE. 20th Century. **Environmental History Timeline**. Disponível em: <<http://66.147.244.135/~enviro4/>>. Acesso em: out 2016.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 9, 2001.

GADOTTI, M. Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**, v. 6, p. 15-29, 2005.

GUZZATTI, T. C. O AGROTURISMO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL; SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE AGROTURISMO NAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL CATARINENSE. **Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, 2003.

GUZZATTI, T. C.; TURES, V. A. O papel da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC) na construção de políticas públicas de turismo focadas no desenvolvimento rural e na promoção da agricultura familiar. **V ENAPGS - Encontro Nacional de Pesquisadores de Gestão Social**, Florianópolis, maio 2011.

JACKSON, T. **Propoeridade sem Crescimento: Vida Boa em um Planeta Finito**. São Paulo: Abril, 2013.

KOVALSKI, R. A. Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise da evolução do pensamento humano em relação à consciência sobre o meio ambiente. **Humanidades**, Recife, v. 31, n. 1, p. 101-120, jan/jun 2016.

KRÜGER, E. L. Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 4, p. 37-43, jul/dez 2001.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São paulo: Perspectiva, 1998.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, v. 2, 1998.

LANGENBERGER, D.; ANDION, C. O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO DURÁVEL EM PAÍSES INDUSTRIALIZADOS E EMERGENTES: UMA ANÁLISE COMPARADA DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NA ALEMANHA E NO BRASIL. **Alcance**, v. 11, n. 3, p. 377-401, set/dez 2004.

LATOUCHE, S. **Tratado do Decrescimento Sereno**. [S.l.]: Martins Fontes, 2012.

LÉVESQUE, B. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. **Política&Sociedade**, v. 14, p. 107-144, abril 2009.

MEADOWS, D. H. et al. **The limits of growth**. The Club of Rome's Project. [S.l.]. 1972.

MONTIBELLER FILHO, G. ECODESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Editora da USP, 2011.

PEARCE, D. **Blueprint to the green economy**. ResearchGate. [S.l.]. 1989.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, Florianópolis, v. IV, p. 135-153, dez 2006. ISSN 1677-2415.

PNUMA; IBAMA; UMA. INTEGRAÇÃO ENTRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO: 1972-2002. In: PNUMA; IBAMA; UMA **Global Environment Outlook 3.- Perspectivas do Meio Ambiente Mundial - 2002**. [S.l.]: [s.n.], 2004.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vertica, 1986.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 25, set/dez 1995.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 15, n. 43, Dezembro 2001. ISSN 0103-4014.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. Revisiting Development in the Twenty-First Century. **International Journal of Political Economy**, v. 38, n. 3, p. 5-21, 2009.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. ano 6, n. 11, p. 88-125, jan/jun 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERVA, M. **A dimensão sócio-organizacional do desenvolvimento sustentável**. Anais do I EBANGRAD. Salvador: [s.n.]. 1999.

THE ECONOMIST. Triple bottom line. **The Economist**, 2009. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/14301663>>. Acesso em: outubro 2016.

VALE, F. F. R. D.; SILVA, J. L. M. D. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM TERRITÓRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL. **Google Academics**, 2009. Acesso em: janeiro 2012.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção)**. UFSC. Florianópolis. 2002.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VEIGA, J. E. **A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade**. São Paulo: 34, 2013.

VEIGA, J. E. D. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **ESTUDOS AVANÇADOS** **15 (43)**, 2001. Disponível em: <www.nead.gov.br>. Acesso em: dezembro 2011.

VEIGA, J. E. D. **Cidades Imaginárias**. Campinas: Autores Associados, 2003.

VEIGA, J. E. D. **Cidades Imaginárias**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

VEIGA, J. E. D. O âmago da sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 82, 2014.

VEIGA, J. E. D.; CECHIN, A. D. A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 438-454, jul/set 2010.

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia**, Florianópolis, dez 2006. 249-309.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: Do preservacionismo do desenvolvimento territorial sustentável. **Política&Sociedade**, v. 14, p. 27-75, 2009.

VIEIRA, P. F. DO DESENVOLVIMENTO LOCAL AO ECODESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Interthesis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 119-141, 2013.

Artigo recebido em 16 novembro de 2016 e aprovado em 30 de novembro de 2016.